

Beatriz Rodrigues da Cunha

**Processo histórico de naturalização do trabalho reprodutivo como atributo feminino no
capitalismo**

Uberlândia

2025

Beatriz Rodrigues da Cunha

**Processo histórico de naturalização do trabalho reprodutivo como atributo feminino no
capitalismo**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Psicologia da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maristela de Souza Pereira

Uberlândia

2025

Beatriz Rodrigues da Cunha

Processo histórico de naturalização do trabalho reprodutivo como atributo feminino no capitalismo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia

Orientadora: Maristela de Souza Pereira

Banca Examinadora

Uberlândia, 22 de abril de 2025

Prof^ª. Dr^ª. Maristela de Souza Pereira

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof^ª. Dr^ª Lorraine Possamai Salvador Azevedo

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof^ª. Dr^ª. Tatiana Benevides Magalhães Braga

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Uberlândia

2025

Agradecimentos

Quero, primeiramente, agradecer a orientadora desse estudo Prof^a. Dr^a. Maristela de Souza Pereira, que me ajudou desde a criação de um projeto até a conclusão do relatório final. Obrigada por sempre se fazer disponível às minhas dúvidas e ansiedades, pelos apontamentos e sugestões. Essa pesquisa não teria se encaminhado sem a sua participação.

Agradeço também os professores e colegas que me ajudaram a criar a visão de mundo que tenho hoje, além de fazer da graduação uma época de aprendizado não somente teórico, mas também afetivo.

Às amigas, que estiveram ao meu lado durante esse percurso, agradeço pelo companheirismo, por me ouvirem, pelos choros e risadas. Sou grata pela oportunidade única que é estar com vocês nas suas caminhadas e agradeço por fazerem parte da minha.

À minha família, agradeço por nunca deixarem a distância física afetar nossa relação. Sempre senti vocês perto. Obrigada pelo apoio, interesse e confiança. Em especial a meus pais, não poderia ter realizado nada sem vocês, que sempre me deram tanto amor, zelo e carinho.

Por fim, sou grata a todas as mulheres que passaram pela minha vida, de uma forma ou de outra, que com certeza deixaram sua marca e me impulsionaram a ser quem sou hoje. Sem vocês, esse estudo não teria sido possível.

Resumo

A divisão sexual do trabalho diz respeito a uma designação dos homens prioritariamente à esfera produtiva, enquanto as mulheres são incumbidas da esfera reprodutiva. A desvalorização do trabalho reprodutivo, mistificado enquanto vocação natural da mulher, e a compreensão da divisão sexual do trabalho enquanto processo histórico relacionado ao capitalismo justificam a realização de estudos sobre essa temática. Trata-se de pesquisa teórica, em nível de graduação, realizada no âmbito de um Trabalho de Conclusão de Curso. Objetiva-se mapear elementos do processo histórico de naturalização do trabalho reprodutivo como atributo feminino, analisando o processo de consolidação da divisão sexual do trabalho no sistema capitalista, a partir da literatura científica disponível. Como objetivo específico, busca-se analisar como elementos étnico-raciais, geográficos e de classe se conectam à discussão sobre a divisão sexual do trabalho. Para sua realização, foram identificadas obras relevantes para o tema da pesquisa, a fim de selecionar as mais adequadas à investigação proposta. Após a leitura sistematizada do material, foram definidos os seguintes eixos de discussão: acumulação primitiva e trabalho no sistema capitalista; trabalho reprodutivo; elementos históricos da construção do trabalho reprodutivo enquanto atributo feminino; novas configurações do trabalho feminino no âmbito internacional e nacional; e produção de subjetividades e feminismo. Conclui-se que a naturalização do trabalho reprodutivo como atributo feminino é um processo historicamente construído e situado, que opera a favor da estrutura capitalista, a partir da acumulação de mais valor sobre uma atividade não remunerada e essencial para a reprodução do sistema, tipicamente realizada pelas mulheres.

Palavras-chaves: Trabalho Reprodutivo; Trabalho Feminino; Divisão Sexual do Trabalho.

Abstract

Sexual division of labor is the designation of man primarily to the productive sphere while woman are tasked with the reproductive sphere. The devaluation of reproductive labor, mistified as a woman's natural vocation, and the comprehension of the sexual division of labour as a historical process related to capitalism justifies the making of this study. This is a theoretical research, at undergraduate level, carried out as part of a Course Conclusion Project. The objective is to map elements of the historical process of reproductive labour naturalization as a feminine attribute, analysing the consolidation process of the sexual division of labor in the capitalist system, based on the available literature. The specific objective is to analyse how ethnic-racial, geografic and class elements conect to the discussion about sexual division of labor. As such, relevant works were identified, so as to select the more adequate ones to the proposed investigation. After the systematic reading of the material the following discussion axes were defined: primitive accumulation and work in the capitalist system; reproductive work; historical elements of the construction of reproductive labor as a feminine attribute; new configurations of female work at international and national levels; and production of subjectivities and feminism. It is concluded that the naturalization of reproductive work as a feminine attribute is a historically constructed and situated process, which operates in favor of the capitalist structure, based on the accumulation of more value on an unpaid activity that is essential for the reproduction of the system, typically carried out by women.

Keywords: Reproductive Labor; Female Work; Sexual Division of Labor.

Sumário

1. Introdução.....	1
2. Desenvolvimento.....	5
2.1 Objetivo	5
2.2 Método	5
3. Resultados e Discussão.....	7
3.1. Acumulação primitiva e trabalho no sistema capitalista	7
3.2. Trabalho Reprodutivo	9
3.3. Elementos históricos da construção do trabalho reprodutivo enquanto atributo feminino.....	11
3.3.1. Idade Média e “transição” do feudalismo para o capitalismo.....	11
3.3.2. Caça às bruxas.....	18
3.3.3. Colonização.....	22
3.3.4. Industrialização e urbanização.....	25
3.4. Novas configurações do trabalho feminino no âmbito internacional e nacional ..	28
3.4.1 Globalização, Nova Divisão Internacional do Trabalho e Reprodução.....	29
3.4.2. Trabalho assalariado feminino e inovações tecnológicas.....	32
3.4.3. Divisão sexual e racial do trabalho feminino no Brasil.....	34
3.5. Produção de subjetividades e feminismo.....	36
4. Conclusão	39
5.Referências.....	41

1. Introdução

No texto publicado originalmente em 1884, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels (2019) já trazia a discussão sobre a opressão da mulher, apontando para sua restrição ao trabalho doméstico privado e exclusão do trabalho social produtivo. Nessa obra, ele relaciona a formação da família patriarcal monogâmica moderna com a origem da propriedade privada. Segundo ele:

A família individual moderna foi fundada sobre a escravização doméstica aberta ou dissimulada da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. Hoje em dia, na grande maioria dos casos, o homem precisa ser aquele que ganha o sustento da família, o provedor, pelo menos nas classes possuidoras, e isso lhe confere uma posição de dominação que não necessita de nenhum privilégio jurídico adicional. Na família, ele é o burguês e a mulher representa o proletariado. (Engels, 2019, p. 94).

Posteriormente, a divisão sexual do trabalho aparece como tema de interesse para feministas de base materialista, principalmente a partir da metade do século XX até os dias de hoje. Saffioti (2013), por exemplo, analisa como a mística feminina, ou seja, a ideia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação, foi operada pelo sistema capitalista para progressivamente marginalizar as mulheres das funções produtivas. De acordo com a autora, preconceitos pré-existentes são utilizados pelo sistema como justificativa para a marginalização de grupos específicos da população, de forma que se torne possível racionalizar as desigualdades inerentes ao sistema. No caso das mulheres, significa que funções relacionadas à sexualidade, reprodução e socialização dos filhos, tradicionalmente pensadas como papéis sociais femininos na família, foram utilizadas no sentido da discriminação social a partir do gênero, pois o entendimento dessas atividades como inerentes ao sexo¹ feminino supostamente explicaria a exclusão ou integração parcial das mulheres na produção econômica. Nesse sentido,

¹ Há discussões quanto à diferença entre sexo, que seria uma localização biológica referente ao nascimento, e gênero, que diz respeito ao processo de construção do que seria considerado feminino ou masculino a partir de certos atributos. O termo “sexo” é majoritariamente utilizado pelas autoras selecionadas porque a divisão sexual do trabalho, apesar de entendida por elas como uma construção social, se baseia na noção de sexo biológico para criar tal separação.

Federici (2023) aponta como o capitalismo só é capaz de se reproduzir devido à rede de desigualdades que ele construiu no corpo do proletariado mundial. Assim, as desigualdades e divisões entre a classe trabalhadora, criadas ou perpetuadas pelo próprio sistema, são justificadas a partir de imputações de inferioridade aos grupos explorados.

Em sua análise, Federici (2023) localiza na transição para o capitalismo a concretização da divisão sexual do trabalho. Ela parte do conceito marxiano de “acumulação primitiva”, que diz respeito ao processo histórico de separação entre produtor e meio de produção, constituindo a pré-história do capital e de seu modo de produção correspondente (Marx, 2023). Federici (2023) diferencia-se de Marx em sua análise, ao examinar a acumulação primitiva também a partir das mudanças que introduziu na posição social das mulheres na produção e reprodução da força de trabalho. Ela entende que a separação da produção de mercadoria da reprodução da força de trabalho – que passa a ser considerada sem valor do ponto de vista econômico e mistificada como vocação natural – se deu com o advento da economia monetária, quando o trabalhador foi separado da terra. Entende, então, que a transição para o modo de produção capitalista não necessitou apenas da disciplinarização dos camponeses para o trabalho assalariado, mas também da disciplinarização das mulheres para uma divisão sexual do trabalho.

Para Hilda e Kergoat (2007), o movimento feminista inicia-se quando se torna coletivamente evidente que uma grande massa de trabalho é realizada gratuitamente pelas mulheres, em nome do amor e do dever materno. Segundo as autoras, a divisão sexual do trabalho é modulada histórica e socialmente, tendo como características a designação dos homens prioritariamente à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, além da hierarquização dessas atividades, sendo atribuído às funções consideradas masculinas maior valor social. Nesse sentido, Delphy (2015) denota que para sobreviver, toda sociedade deve criar bens materiais (produção) e seres humanos (reprodução). Federici (2019) expõe que o

trabalho na esfera doméstica é imposto às mulheres e transformado em atributo natural da psique e da personalidade femininas, o que fortalece a concepção de que o trabalho reprodutivo não é trabalho. A autora denuncia não somente a divisão sexual do trabalho como fator crucial na definição da exploração das mulheres no capitalismo, como critica a desvalorização do trabalho reprodutivo não remunerado, tanto como produtor da vida, quanto produtor da própria força de trabalho e, portanto, como a própria base sobre a qual o capitalismo opera.

Ademais, essa divisão do trabalho também não ocorre uniformemente mesmo entre as mulheres, levando-se em conta fatores como raça e classe. Nesse sentido, Saffioti (2013) aponta que mulheres das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foram alheias ao trabalho produtivo, apesar de continuarem responsáveis pela esfera doméstica. Além disso, segundo Lélia Gonzalez (2020), as mulheres negras se encontram muitas vezes prestando serviços domésticos para famílias de classe média branca, além de serem responsáveis pelas tarefas domésticas em seus lares. Dessa forma, são encarregadas tanto do trabalho reprodutivo não-remunerado, quanto do remunerado.

Esse cenário é corroborado estatisticamente. No Brasil, em 2019, as mulheres dedicavam 21,4 horas semanais em média aos afazeres domésticos, enquanto os homens dedicavam 11,0 horas semanais a esse tipo de serviço (IBGE, 2020). Segundo a mesma pesquisa, a maior taxa de realização dos afazeres domésticos ocorre entre mulheres pretas e as taxas de realização dessas atividades por mulheres são sempre mais altas que a dos homens dos mesmos grupos raciais. Segundo uma pesquisa do IPEA (Fares et al., 2022), em que foram coletadas informações sobre a divisão do trabalho de casais heterossexuais durante a pandemia de Covid-19, houve um aumento das atividades domésticas tanto para homens e mulheres, porém isso não foi acompanhado por uma melhoria geral na divisão do trabalho, já que as mulheres acabaram arcando com uma parcela maior desse aumento. Outra pesquisa deste mesmo Instituto demonstra que a maternidade e a paternidade têm pesos diferentes como

vetores de trabalho não pago. Mesmo com o controle de diversas outras características, o fator ser mulher está relacionado a um aumento de 11 horas semanais no trabalho doméstico e de cuidados não remunerado (Pinheiro et al., 2023).

Tendo em vista os dados que demonstram as diferenças na divisão do trabalho entre homens e mulheres, de modo que a maior carga de trabalho reprodutivo não remunerado ainda hoje esteja a cargo das mulheres, mesmo quando estas trabalham também de forma remunerada, percebe-se a importância de se considerar a questão do trabalho reprodutivo nos estudos que se propõe a focalizar as relações de trabalho. Em revisão de caráter narrativo, Melo et al. (2023), analisaram artigos publicados na revista *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* de 1998 a 2018, revelando que a maioria das publicações selecionadas não fazia referência ao trabalho das mulheres ou ao conceito de gênero e que, de 2015 a 2018, aproximadamente 80% das publicações analisaram o mundo do trabalho a partir de um viés universalista que favorecia uma supremacia masculina nas análises. Explicita-se assim a necessidade de maior detalhamento teórico e conceitual sobre a temática gênero, especificando processos psicossociais e relações de poder, e de maior mobilização e articulação da literatura especializada no campo de estudos de gênero para a análise do mundo do trabalho (Melo et al., 2023).

Portanto, tendo em vista a importância da articulação da temática gênero as discussões sobre a desvalorização do trabalho reprodutivo, mistificado enquanto vocação natural da mulher, e da divisão sexual do trabalho enquanto processo histórico relacionado ao advento do capitalismo, é justificada a importância de realizar uma investigação sobre o processo histórico relacionado à naturalização do trabalho reprodutivo como atributo feminino.

2. Desenvolvimento

2.1. Objetivo

O objetivo geral desse estudo é mapear elementos do processo histórico de naturalização do trabalho reprodutivo como atributo feminino, analisando o processo de consolidação da divisão sexual do trabalho no sistema capitalista, a partir da literatura científica disponível.

Como objetivo específico, busca-se analisar como elementos étnico-raciais, geográficos e de classe se conectam à discussão sobre a divisão sexual do trabalho.

2.2. Método

Esse estudo foi realizado através de uma pesquisa teórica, que permite analisar e contextualizar historicamente pressupostos teóricos (Lauro, 2016). Assim, foi desenvolvido com base na produção de autoras/es que abordam a temática, a partir da seleção de obras relevantes para o conhecimento e análise do tema em questão.

Foi realizado um levantamento bibliográfico preliminar, a partir da busca do tema geral “trabalho reprodutivo”, no Google Acadêmico, no Scielo e no portal CAPES. Com base nessa busca, realizou-se uma leitura exploratória para identificar autoras/es e obras que fossem potencialmente relevantes para o tema da pesquisa, a fim de selecionar as mais adequadas à investigação proposta, tendo em vista os objetivos expostos. Após esse levantamento, foram selecionadas algumas obras, apresentadas a seguir.

Entre as obras listadas utilizadas, estão: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels (2019), da qual partem análises posteriores sobre o trabalho feminino; *O Capital: livro I* (Marx, 2023), mais especificamente o capítulo 24 “A assim chamada acumulação primitiva”, por tratar de um conceito que será retomado por Federici (2023) em *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, outra obra utilizada nessa pesquisa. Também da mesma autora, foi selecionado o livro *O ponto zero da revolução: trabalho*

doméstico, reprodução e luta feminista (2019), em que esta discorre sobre a naturalização do trabalho reprodutivo. Também foi abordado o livro *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade* (Hirata, 2002) e o texto “Novas configurações da divisão sexual do trabalho” de Hirata e Kergoat (2007). Também foi analisada a obra de Saffioti (2013) *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, para se pensar a história do trabalho feminino dentro da economia capitalista no Brasil e *Por um feminismo afro-latino-americano*, de Lélia Gonzalez (2020), no intuito de investigar as relações raciais no âmbito do trabalho feminino no Brasil.

Após a leitura e fichamento das obras selecionadas, foram estabelecidas as categorias analíticas, a partir das quais foi realizada a redação do desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, foram observados assuntos que se repetiam em diferentes obras, ou que, mesmo aparecendo isoladamente, entendemos como relevantes para a discussão proposta, levando a melhor concretização do objetivo da pesquisa. À vista disso, foram definidos os seguintes eixos de discussão: acumulação primitiva e trabalho no sistema capitalista; trabalho reprodutivo; elementos históricos da construção do trabalho reprodutivo enquanto atributo feminino; novas configurações do trabalho feminino no âmbito internacional e nacional; e produção de subjetividades e feminismo.

É importante citar que durante esse processo de refinamento das leituras até chegar às categorias, foi decidido pela não utilização do livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (Engels, 2019) na sessão de resultados, pois, apesar de sua importância para o entendimento da formação da família nuclear, a obra situa sua análise em períodos históricos que estão fora do escopo de análise desse estudo.

3. Resultados e Discussão

3.1. Acumulação primitiva e trabalho no sistema capitalista

Será exposto, a seguir, a definição de “acumulação primitiva” e o uso do conceito por Federici (2023), além de uma discussão sobre o trabalho assalariado e não assalariado.

Marx (2023) explica que foi necessária uma acumulação primitiva, ou seja, prévia à acumulação do capital, para impulsionar o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista. Na “transição” do feudalismo ao capitalismo ocorreram uma série de estratégias violentas e usurpatórias, em que a expropriação da terra foi a base do processo (Marx, 2023). Grandes massas humanas foram retiradas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho europeu, a partir de saques, usurpação de terras de lavoura e cercamento das terras comunais pela classe dominante, transformando a propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna e “liberando” a população rural para a indústria. Ademais, ocorreu paralelamente a espoliação de tesouros do “Novo Mundo”, por meio de saqueio, escravização e latrocínio, que se transformaram em capital na Europa.

Os eventos supracitados não ocorreram “de bom grado”, sendo os séculos XVI e XVII marcados por intensa resistência tanto nas colônias quanto pelo novo “trabalhador livre” europeu (Federici, 2023). Marx (2023) denuncia a legislação sanguinária imposta contra a vagabundagem em países europeus, que teve o intuito de submeter forçadamente a população a uma disciplina necessária ao sistema capitalista. Entende-se que o “trabalhador livre” não reconhece de imediato as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas, tanto que se fez necessário uso da força e coerção e, posteriormente, tradição e hábito (Marx, 2023). Nesse sentido, Federici (2023) explica a “transição” para o capitalismo como uma ficção, já que o uso da força foi o principal meio do poder econômico nos primeiros séculos em que se formava a economia capitalista.

Federici (2023), no entanto, critica a análise marxiana por não olhar para a história das mudanças ocorridas na vida das mulheres proletárias e colonizadas e na organização da reprodução durante a “transição ao capitalismo”. Critica também historiadores marxistas por relegaram a caça às bruxas ao esquecimento, já que a considera um evento significativo no desenvolvimento da sociedade capitalista e na formação do proletariado moderno e, portanto, de importante análise em termos de acumulação primitiva. Dessa maneira, esta autora utiliza-se do conceito de acumulação primitiva para compreender as mudanças que o capitalismo introduziu na posição social das mulheres e na produção e reprodução da força de trabalho.

Segundo Federici (2023), a dissolução da economia de subsistência levou ao fim da unidade entre produção e reprodução, de forma que somente a produção para o mercado foi definida como atividade criadora de valor, passando o trabalho reprodutivo a ser desconsiderado do ponto de vista econômico, e deixando, então, de ser considerado um trabalho. Assim, a autora entende a acumulação primitiva como um processo que demandou, de um lado, a transformação do corpo em máquina de trabalho e, de outro, a sujeição das mulheres para a reprodução dessa força de trabalho.

Federici (2019), desse modo, entende que o capital constrói o seu domínio e se desenvolve por meio do salário e que também por meio deste organiza a exploração do trabalho não assalariado. Nessa relação salarial, opõe-se uma “classe trabalhadora” a um proletariado “não trabalhador”, de forma que é criado um “patriarcado do salário”, em que o salário masculino seria utilizado para acumular trabalho feminino.

A autora destaca, inclusive, que definir o que é trabalho pelo recebimento de salário serve também para esconder a extensão da subordinação das nossas relações familiares e sociais às relações de produção. Ressalta como até mesmo os momentos que consideramos lazer ou descanso, por não estarmos recebendo e por não ocorrerem no tempo e espaço determinado de um emprego formal, operam em função da acumulação de capital. Estes existem como etapas

de recuperação das energias despendidas no labor e, assim, de preparação para retornar ao trabalho, ou etapas de deslocamento ao local onde esse será desenvolvido.

Assim, pensar o trabalho para além da relação salarial levanta também a questão de qual seria a verdadeira duração da nossa jornada de trabalho (Federici, 2019), particularmente no caso das mulheres, se considerarmos o trabalho reprodutivo que desenvolvem no núcleo doméstico, destinado não somente a si próprias, mas também às suas famílias.

3.2. Trabalho reprodutivo

O conceito de trabalho reprodutivo é central para o desenvolvimento desse estudo. Por esse motivo, será agora brevemente explanado, a partir das obras de referência estudadas. Além disso, continuaremos a abordar a relação entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo, tendo em vista a divisão sexual do trabalho e a socialização feminina.

Hirata e Kergoat (2007) conceituam a divisão sexual do trabalho como a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, entendendo que existe, assim, um princípio de separação, que define o que pode ser considerado “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”. Apontam também para um princípio hierárquico dessa divisão, em que é assegurado aos homens as funções com maior valor social.

Federici (2023) observa que, enquanto a produção voltada para o mercado é definida como atividade criadora de valor, as atividades voltadas para a reprodução da força de trabalho, da vida e de seres humanos, são consideradas sem valor do ponto de vista econômico, além de relegadas ao ambiente doméstico e privado. O trabalho reprodutivo é, então, o trabalho realizado em casa, na cozinha, nos quartos; caracteriza-se pela faxina, socialização de filhos, cuidado com a família.

Apesar da naturalização do trabalho reprodutivo enquanto atributo feminino, tanto Federici (2019) quanto Hirata (2002) denunciam a necessidade da socialização de meninas,

desde muito cedo, para que se tornem dóceis, subservientes e obedientes. Nesse sentido, o capital cria a “dona de casa” para servir física, emocional e sexualmente ao trabalhador do sexo masculino e para criar seus filhos, mas nega que exista aí trabalho, que é transformado em “ato de amor” (Federici, 2019).

Dessa forma, até mesmo a sexualidade feminina é subordinada à reprodução da força de trabalho, de tal modo que, para as mulheres, sexo se torna também trabalho, um dever ensinado, mas que deveria ocorrer somente enquanto for “reprodutivo”, ou seja, nos casos em que proporciona filhos e prazer para os homens (Federici, 2019).

Ademais, essas autoras não desconsideram que um grande contingente de mulheres mundo afora também trabalha nos setores considerados produtivos. Porém, como aponta Federici (2019), “conseguir um segundo emprego nunca nos livrou do primeiro” (p. 69). Isso porque as mulheres assalariadas continuam sendo responsabilizadas pelo trabalho da casa e para família, além de dispensarem horas de trabalho na manutenção da sua própria força de laboral, tendo que focar em sua aparência como condição para arranjar e manter um emprego, por exemplo.

Além disso, Hirata (2002) expõe como a socialização feminina para o trabalho reprodutivo tem efeitos também sobre sua atividade produtiva assalariada, já que certos ramos, setores, atividades e postos de trabalho são masculinizados e outros feminilizados. Estes últimos constituem, em grande parte, empregos não qualificados.

Hirata (2002) aponta também para a incerteza que a responsabilização das mulheres pelas funções reprodutivas causa em relação a seu trabalho assalariado, já que variáveis da reprodução, como casamento, maternidade e educação dos filhos, podem modificar seu lugar no contexto de trabalho. Muitas acabam pedindo demissão para cuidar dos filhos, por exemplo. Isso resulta em discriminação por parte dos empregadores contra mulheres casadas, que em seu entendimento seriam responsáveis pela supervisão da vida familiar e não teriam a mesma

capacidade que um homem para dedicar-se ao trabalho. Ocorre, então, um emaranhamento entre a vida reprodutiva e produtiva (Hirata, 2002).

Portanto, além de o trabalho reprodutivo realizado por mulheres estar na base da sustentação da atividade salarial dos homens – que não têm que se ocupar do trabalho doméstico, enquanto houver outras pessoas para realizá-lo –, a socialização feminina dirigida às funções reprodutivas atinge também o lugar das mulheres no trabalho assalariado.

Por fim, Federici (2019) entende que, tanto nos países do Norte quanto do Sul global, o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista, porque produzem a força de trabalho. Assim, apesar de sua condição não remunerada, o trabalho reprodutivo já é dinheiro e nunca foi um serviço externo ao capital.

3.3. Elementos históricos da construção do trabalho reprodutivo enquanto atributo feminino

É importante contextualizar as relações de gênero historicamente, entendendo-as como parte de um processo que envolve também instituições como Estado e Igreja e Família. Dessa forma, serão abordados a seguir, a partir do trabalho das autoras selecionadas anteriormente, elementos históricos atuantes na construção do trabalho reprodutivo enquanto atributo feminino. Dentre esses elementos, é importante citar o momento de transição do feudalismo para o capitalismo, com foco especial na caça às bruxas e na colonização. Além disso, serão discutidos os papéis sociais e econômicos atribuídos à mulher através dos séculos, seguindo a consolidação do capitalismo enquanto sistema econômico, tanto mundialmente quanto nacionalmente.

3.3.1. Idade Média e transição do feudalismo para o capitalismo

Será exposto, aqui, o contexto medieval que impulsionou o período de “transição” ao capitalismo, levando em consideração as condições de vida do campesinato medieval e da classe trabalhadora urbana, as revoltas proletárias e movimentos heréticos, e a investida na degradação da posição social da mulher realizada durante esse período, criando o clima misógino necessário para a posterior consolidação da divisão sexual do trabalho no capitalismo.

É importante citar que na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho, já que toda atividade laboral contribuía para o sustento familiar (Federici, 2023). Nesse tipo de sociedade, os servos e as servas tinham concessão do acesso direto aos meios de sua reprodução e as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares. Havia sim divisão do trabalho baseada no fator sexual, mas ocorria de maneira em que a maioria das tarefas realizadas pelas servas ocorriam em cooperação com outras mulheres, sendo assim base para uma sociabilidade e solidariedade feminina (Federici, 2023).

Mesmo tendo acesso à terra, o campesinato feudal estava totalmente relegado a uma relação de subordinação aos seus senhores, o que levou a séculos de incansável luta de classes, por meio de diversas revoltas e rebeliões. Federici (2023) aponta que no fim do século XIV, a revolta do campesinato já era endêmica, com o principal objetivo de preservar seu mais-trabalho e seus produtos e ampliar a esfera de direitos econômicos e jurídicos. As revoltas se davam em razão da obrigação de prestar serviços militares, além de se manifestarem contra duros impostos e encargos derivados do poder jurisdicional da nobreza.

Em meio a esse clima, houve instituição dos serviços laborais por um pagamento em dinheiro, gerando, assim, um processo de proletarização. Para Federici (2023), essa monetização da vida econômica funcionou como meio de divisão social, criando diferenças no campesinato, que se tornariam diferenças de classe, e produzindo uma massa de pessoas que só conseguiam sobreviver graças a doações periódicas.

Para as mulheres, essa comercialização reduziu seu acesso à propriedade e à renda, que já não era grande, e causou, ao final do século XIII, um movimento de êxodo do campo (Federici, 2023). Nas cidades, a maioria das mulheres vivia em condições de pobreza, como servas, vendedoras ambulantes, comerciantes, fiandeiras, membros de guildas menores e prostitutas, podendo viver sozinhas ou formar novas comunidades.

O crescente proletariado sem-terra criado nessas circunstâncias aparece como protagonista dos movimentos milenaristas e heréticos dos séculos XII e XIII, constituído por camponeses, todos os párias da sociedade feudal, prostitutas, padres afastados do sacerdócio, trabalhadores urbanos e rurais. Esses movimentos foram importantes por inaugurarem um novo tipo de luta, com aspirações de mudança total (Federici, 2023).

O movimento herético aspirava a uma democratização radical da vida social, partindo de demandas populares de renovação espiritual e justiça social, desafiando a Igreja e a autoridade secular, considerando-se “igrejas verdadeiras” (Federici, 2023). Nesses movimentos, as mulheres mantinham um papel de mais igualdade com os homens, com direito à vida social e mobilidade e, portanto, segundo Federici (2023), as mulheres estiveram mais presentes na história da heresia do que em qualquer outro aspecto da vida medieval.

De acordo com a autora, os movimentos heréticos foram importantes pois uniram camponeses e trabalhadores/as urbanos – como artesãos/ãs, trabalhadores/as diaristas assalariados/as – empregados/as por mercadores ricos em indústrias, que produziam para exportação –, e trabalhadores/as da indústria têxtil – em uma causa comum, com o objetivo de nivelar as diferenças sociais. Assim, foram impulsionadas rebeliões, que sofreram repressões cruéis e violentas.

Os heréticos e heréticas cultivavam crenças religiosas e sexuais alternativas, a depender da seita e, assim, foram perseguidos/as pela Igreja e pelas autoridades seculares (Federici, 2023). Qualquer forma de anticoncepção passou a ser associada à heresia, em uma tentativa

eclesiástica de regular o comportamento sexual, que passou a ser mais supervisionado no século XII, tornando-se uma questão de Estado.

Os aspectos sexuais da heresia adquiriram ainda mais importância em sua perseguição no período subsequente à Peste Negra, quando o controle das mulheres sobre a reprodução passa a ser percebido como uma ameaça à estabilidade econômica e social (Federici, 2023). Isso ocorreu devido ao efeito nivelador da mortandade generalizada ocasionada pela praga, pois, além da diminuição demográfica, a familiaridade com a morte enfraqueceu a disciplina social.

Com os trabalhadores mais escassos, o custo do trabalho aumentou. Devido à abundância de terra, os camponeses, camponesas, artesãos e artesãs tomaram conta da situação, de forma que, ao final do século XIV, a recusa a pagar o aluguel e a realizar serviços se tornou fenômeno coletivo, levando a uma subversão da relação de classes na qual se baseava a ordem feudal, em que os camponeses contavam com altos salários e poder de decisão. A situação dos/as sem-terra melhorou e a diferença entre a renda masculina e feminina diminuiu drasticamente (Federici, 2023). No fim do século XIV, as amarras entre os servos e servas com a terra haviam praticamente desaparecido e os esses/as eram substituídos por camponeses livres (Federici, 2023).

A partir desse cenário, a classe dominante lançou mão de tentativas de aumentar a exploração do trabalho a partir do restabelecimento da prestação de serviços laborais compulsórios ou da escravidão, o que levou a um aprofundamento do conflito de classes, com novas revoltas. Regiões inteiras se rebelaram, formando assembleias e recrutando exércitos, de modo que no século XV ocorreram verdadeiras guerras entre camponeses e nobres (Federici, 2023).

Nessa conjuntura, Federici (2023) aponta para o início de uma contrarrevolução no final do século XV. Uma das estratégias dessa contrarrevolução teria sido uma política sexual para

cooptar o trabalho de homens mais jovens e rebeldes, com acesso a sexo gratuito e transformação do antagonismo de classe em antagonismo contra as mulheres proletárias. Em diversas partes da Europa, pode ser constatado nesse momento da história a descriminalização do estupro de mulheres de classe baixa. Estupro coletivo se tornou prática comum, que se realizava aberta e ruidosamente durante a noite, sendo as vítimas meninas pobres que trabalhavam como criadas ou lavadeiras.

Segundo Federici (2023): “o estupro de mulheres pobres com consentimento estatal debilitou a solidariedade de classe que havia sido alcançada na luta antifeudal” (p. 112). A reputação das vítimas era destruída e elas tinham que abandonar a cidade ou se dedicar à prostituição. Criava-se, então, um clima intensamente misógino, que insensibilizou a população em relação à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas.

Essa política sexual também contou com a institucionalização da prostituição, a partir da criação de bordéis municipais, entendidos como “remédio útil contra a turbulência da juventude proletária” (Federici, 2023, p. 105) e contra a homossexualidade, que começou a ser temida como causadora de despovoamento após a Peste. A própria Igreja chega a ver a prostituição como prática legítima, entendendo o bordel como um antídoto contra as práticas sexuais orgiásticas das seitas hereges e a sodomia.

Com a aliança da burguesia, da nobreza e da Igreja, as revoltas proletárias foram derrotadas no século XVI, iniciando-se o processo de acumulação primitiva de capital na “transição para o capitalismo”. Dessa forma, Federici (2023) entende que o capitalismo aparece como contrarrevolução, a partir da resposta dos senhores feudais, mercadores, patrícios, bispos e papas a um conflito social de séculos. É nesse momento que são lançadas diversas estratégias, tendo a violência como pilar do processo.

Foram expropriadas as terras dos camponeses e introduziu-se o trabalho assalariado forçado. Os cercamentos das terras comunais tiveram o intuito de eliminar o uso comum da

terra e expandir as propriedades privadas, vilarejos foram derrubados para serem transformados em pasto. Assim, houve um empobrecimento da população rural. O cercamento das terras comunais teve impacto especial sobre as mulheres que tinham nelas o centro de sua vida social, o que fez delas importantes figuras nas lutas contra essa prática. Também foram as que mais sofreram quando a terra foi perdida e a comunidade dos vilarejos se desintegrou, pois a vida nômade as expunha ainda mais à violência masculina e criava mais dificuldades para seu sustento (Federici, 2023).

Ocorre, paulatinamente, o desaparecimento da economia de subsistência, de forma que a produção para o mercado e a reprodução da força de trabalho são separadas, ao mesmo tempo em que se separa o trabalhador da terra (Federici, 2023). A mulher fica confinada ao trabalho reprodutivo, que está sendo desvalorizado, e sua função na acumulação do capital vai se tornando invisível, deixando de ser considerada trabalho, o que as condena a uma condição de pobreza crônica, de dependência econômica e invisibilidade.

Com a “transição” para o capitalismo, em que grande parte da população não tinha acesso à terra e precisava comprar os alimentos que antes produzia, ocorre um empobrecimento absoluto da classe trabalhadora, acompanhado por “décadas de fome”: de 1540 e 1550; e de 1580 a 1590. Essa situação leva a ataques a padarias e armazéns e motins contra a exportação das colheitas locais nos séculos XVI e XVII, com grande participação das mulheres. Além das revoltas, houve aumento da migração, vagabundagem e dos crimes contra a propriedade, que aparecem como parte da resistência ao empobrecimento e à despossessão. Por esse motivo, são criadas iniciativas estatais com os objetivos de “(i) criar uma força de trabalho mais disciplinada; (ii) dispersar os protestos sociais; e (iii) fixar os trabalhadores nos trabalhos que lhes haviam sido impostos” (Federici, 2023, p. 170).

Além disso, acentua-se o ataque contra todas as formas de sociabilidade e sexualidade coletivas, além de um processo de cercamento social, em que “a reprodução dos trabalhadores

passou do campo aberto para o lar, da comunidade para a família, do espaço público (a terra comunal) para o privado” (Federici, 2023, p. 171).

Tendo em vista as novas condições de vida e a necessidade de mão de obra para acumulação do capital, os séculos XVI e XVII contaram com uma crise demográfica e, portanto, nova importância foi dada ao crescimento populacional. As estratégias foram de regulação da procriação e retirada do controle das mulheres sobre a reprodução. Federici (2023) entende que a principal iniciativa do Estado para restaurar a proporção populacional desejada foi lançar uma guerra contra as mulheres.

No século XVI, podem ser constatadas penas mais severas à contracepção, ao aborto e infanticídio, e a implementação de um sistema de espionagem a mães solteiras, de maneira que mulheres começaram a ser processadas em grande escala. Além disso, iniciou-se uma campanha de suspeita sobre as parteiras, que foram substituídas por médicos homens. Poucas mulheres foram autorizadas a praticar obstetrícia, “atividade que, até então, havia sido seu mistério inviolável” (Federici, 2023, p.337). No século XVII, apareceram os primeiros homens parteiros e em um século da obstetrícia sob controle estatal, as parteiras foram marginalizadas, acabando com o controle das mulheres sobre a reprodução.

Para Federici (2023), o resultado dessas políticas foi a escravização das mulheres à procriação, colocada à serviço da acumulação capitalista. Dessa maneira, o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução e expansão da força de trabalho. Ao fim desse processo, as mulheres foram alienadas de seu corpo, de seu trabalho, e até mesmo de seus filhos.

As mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens, substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade. (Federici, 2023, p. 199).

Nos séculos XVI e XVII, as mulheres perdem terreno em todas as áreas da vida social (Federici, 2023), sofrendo um processo de infantilização legal e sendo, inclusive, expulsas da rua. Inicia-se um debate na literatura erudita e popular acerca da natureza das virtudes e dos

vícios femininos, em que fica estabelecido que as mulheres eram inferiores aos homens. São instituídas leis e formas de tortura destinadas a controlar o comportamento das mulheres dentro e fora de casa (Federici, 2023).

Um elemento importante na degradação da imagem social da mulher e na sua adequação enquanto dona de casa é a caça às bruxas.

3.3.2 Caça às bruxas

A caça às bruxas é um momento histórico privilegiado pela análise de Federici (2023) em relação proletarianização dos trabalhadores e transformação das mulheres em responsáveis pela reprodução dessa força de trabalho. Portanto, serão agora discutidas as características e significados desse momento histórico para a posição social das mulheres naquele tempo e a longo prazo, a partir da perspectiva da autora.

Sendo a transformação do corpo em máquina de trabalho uma das principais tarefas da acumulação primitiva, era necessário a destruição de uma ampla gama de crenças pré-capitalistas, práticas e sujeitos sociais (Federici, 2023). Por esse motivo, houve um ataque contra a bruxaria e contra a visão mágica do mundo, que era predominante entre as classes populares durante a Idade Média. A erradicação de práticas mágicas era necessária para a racionalização capitalista do trabalho, pois a magia debilitava o princípio de responsabilidade individual. Dessa maneira: “O mundo devia ser “desencantado” para poder ser dominado” (Federici, 2023, p. 313)

Os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final do século XIV, mas foi em 1486 que foi publicado o Martelo das Feiticeiras (*Malleus Maleficarum*), manual para a Inquisição, às vésperas da viagem de Colombo para a América. O Código Legal Imperial, publicado pelo rei Carlos V em 1532, foi o primeiro a penalizar a bruxaria com a morte. Na Inglaterra protestante, a perseguição também foi legalizada por três Atos do Parlamento, de

1542, 1563 e 1604, tendo o último introduzido a pena de morte inclusive na ausência de dano a pessoas ou a coisas. Outros países da Europa institucionalizaram a perseguição às bruxas, com legislações que a consideravam por si só um crime grave, para além dos danos provocados (Federici, 2023).

Foi realizado firme doutrinamento por parte das autoridades sobre a preocupação quanto à propagação das bruxas, com cooperação de intelectuais da época (Federici, 2023). Essa propaganda contra as bruxas levou a uma onda de denúncias e a um clima de desconfiança nos vilarejos.

A quantidade de mulheres julgadas como bruxas começou a aumentar em meados do século XVI, tendo seu ápice entre 1580 e 1630, quando as relações feudais já estavam dando lugar às instituições econômicas e políticas típicas do capitalismo mercantil. Aparece, segundo Federici (2023) como o primeiro terreno de unidade na política dos novos Estados-nação europeus e, assim, enquanto iniciativa política. Nota-se, portanto, que a Inquisição sempre dependeu da cooperação do Estado para levar adiante as execuções e, apesar de a Igreja ter fornecido o arcabouço metafísico e ideológico para a caça às bruxas e tê-la estimulado, no seu apogeu, as cortes seculares conduziram a maior parte dos julgamentos (Federici, 2023).

Quanto ao perfil das vítimas, a maioria das acusadas eram camponesas pobres. A diferença entre a perseguição contra a heresia e da perseguição contra a bruxaria é que esta última é considerada um crime feminino, sendo as mulheres mais de 80% das pessoas julgadas e executadas pelo crime de bruxaria na Europa nos séculos XVI e XVII. Essas mulheres eram perseguidas enquanto feiticeiras, curandeiras, encantadoras ou advinhas. Muitas delas eram parteiras ou “mulheres sábias”, tradicionalmente responsáveis pelo conhecimento e controle reprodutivo femininos. Também a curandeira popular foi perseguida, expropriando as mulheres de um conhecimento empírico sobre ervas e remédios curativos, anteriormente acumulado e transmitido geracionalmente (Federici, 2023).

Segundo Federici (2023), os caçadores de bruxas estavam mais interessados na eliminação de formas generalizadas de comportamento feminino. Desse modo, os crimes associados à caça às bruxas eram anteriormente práticas aceitas de grupos, havendo uma tentativa de erradicá-las por meio do terror e da criminalização. Nesse sentido, a “bruxa boa”, que era conhecida e respeitada na comunidade do vilarejo, também foi castigada.

Além disso, a caça às bruxas era uma das armas lançadas para derrotar a resistência à reestruturação social e econômica, por causar discórdia entre os camponeses, mas também porque os crimes podiam representar “a luta de classes desenvolvida na escala do vilarejo” (Federici, 2023, p. 310). Dentre esses crimes estaria o “mau-olhado”, a maldição daquele a quem se negou esmola, a inadimplência no pagamento do aluguel, a demanda por assistência pública. Acusações de bruxaria foram usadas também para punir o ataque à propriedade, principalmente roubos.

A representação do sabá durante a caça às bruxas também é importante para o entendimento do que esse movimento representou. O sabá noturno era retratado como uma monstruosa orgia sexual, mas também como uma reunião política subversiva (Federici, 2023). Toda reunião potencialmente transgressora foi descrita pelas autoridades como um possível sabá. Por trás da caça às bruxas, esteve a repulsa às formas de vida comunais e, portanto, a expansão do capitalismo rural. Além disso, o sabá representava uma ruptura dos papéis sexuais. Nesse sentido, a bruxa era tanto a mulher rebelde (personalidade feminina desenvolvida no contexto da luta contra o poder feudal), quanto a mulher que praticava sua sexualidade fora dos vínculos do casamento e da procriação.

A sexualidade das mulheres é, então, transformada em objeto de temor (Federici, 2023). A partir de propaganda da Igreja, homens eram mobilizados a culpar a bruxa supostamente castradora por seus problemas. Associava-se a bruxa a uma mulher “velha e feia”, que ousava ter uma vida sexual, ao mesmo tempo em que eram criminalizadas quaisquer atividades sexuais

que não estivessem a favor da procriação, que ameaçassem a transmissão da propriedade ou que diminuíssem o tempo e energia disponíveis para o trabalho, como: a homossexualidade, sexo entre jovens e velhos, entre pessoas de classes diferentes, coito anal, sexualidade pública e coletiva etc.

As mulheres mais velhas, associadas à imagem da bruxa, eram também mais propensas a resistir à destruição das relações comunais causadas pela difusão das relações capitalistas, por encarnarem o conhecimento e a memória da comunidade (Federici, 2023). Nesse sentido, a caça às bruxas também contribuiu para a erradicação dos conhecimentos armazenados por gerações por essas mulheres, principalmente sobre as práticas contraceptivas.

A bruxaria foi associada com a contracepção e com o aborto e os crimes reprodutivos ocuparam lugar de destaque nos julgamentos (Federici, 2023), de modo que a caça às bruxas ajudou a criminalizar o controle da natalidade, colocando o corpo feminino a serviço do aumento da população e da acumulação da força de trabalho. Foram destruídos os métodos de controle da procriação e se institucionalizou o controle do Estado sobre o corpo feminino.

Do mesmo modo que os cercamentos expropriaram as terras comunais do campesinato, a caça às bruxas expropriou o corpo das mulheres, o qual foi assim “liberado” de qualquer obstáculo que lhe impedisse de funcionar como máquina para produzir mão de obra. A ameaça da fogueira ergueu barreiras mais terríveis ao redor do corpo das mulheres do que as cercas levantadas nas terras comunais. (Federici, 2023, p. 338).

A guerra contra as mulheres aparece como tentativa coordenada de degradá-las, demonizá-las e destruir seu poder social, definindo-as como seres demoníacos (Federici, 2023). As práticas a que muitas delas foram submetidas, como interrogatórios, torturas, castigos e execuções, deixaram marcas em sua psique, que ajudaram a forjar os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade. A caça às bruxas criou a representação da mulher selvagem, rebelde, pervertida e insubordinada, para que, posteriormente, após suprimi-las nas câmeras de tortura e nas fogueiras, pudesse surgir no século XVIII uma nova representação de mulher: ser

passivo, assexuado, obediente e moral. Assim, foi orquestrada a construção de uma nova ordem patriarcal.

O Estado, a partir da metade do século XVII, passa a colocar freio no fervor judicial e inquisitorial e a caça às bruxas vem ao fim (Federici, 2023). Isso ocorre porque a nova ordem social já estava suficientemente consolidada e a classe dominante sentia segurança em relação ao seu poder. Os crimes passam a ser identificados como tal, sem recorrência ao sobrenatural, pois havia sido destruído o potencial subversivo da magia.

3.3.3. Colonização

Saffioti (2013) aponta para as relações de dominação e subordinação mantidas entre as nações a partir da colonização, que permitiriam aos países dominantes uma atenuação das tensões geradas pela estruturação em classes sociais. Por isso, aqui serão abordados elementos históricos sobre as colônias americanas e a posição social de diferentes mulheres na América nesse período, além das formas de resistência encontradas entre os povos subjugados, principalmente pelas mulheres.

Segundo Federici (2023), o capitalismo não teria conseguido decolar sem a colonização do continente americano. Segunda a autora, a prata e o ouro extraídos do Brasil reativaram o comércio e a indústria na Europa. Aponta, porém, que a verdadeira acumulação de riqueza veio a partir do trabalho forçado, por meio do tráfico de escravos. Nesse sentido, o sistema de *plantation*² acumulou imensa quantidade de mais-trabalho, estabeleceu um modelo de administração laboral, de produção voltada para a exportação e divisão internacional do trabalho, que se tornou o paradigma das relações de classe capitalistas (Federici, 2023).

² Sistema de produção agrícola colonial baseado em monocultura para exportação, caracterizado pela utilização de latifúndios e mão de obra escravizada.

A autora argumenta que, assim como o sexismo, o racismo teve que ser legislado e imposto, mas também foram utilizados elementos místicos para sua consolidação. Dessa maneira, tabus em torno de bruxaria foram revividos na América. Mulheres e homens negros foram associados a bruxas e demônios. Assim, acusações de adoração ao demônio e a caça às bruxas tinham o objetivo agora de justificar o tráfico de escravos.

Quanto à população indígena, Federici (2023) destaca a nova hierarquia sexual imposta no México e no Peru, que privou as mulheres de sua autonomia e deu a seus familiares homens mais poder sobre elas. Os espanhóis trouxeram consigo uma bagagem de crenças misóginas e reestruturaram a economia e o poder político em favor dos homens.

Além disso, a acusação de adoração ao diabo também foi estratégia utilizada contra as populações indígenas, como justificativa para colonização de suas terras. Foi proibido o culto dos deuses locais e os nativos foram reduzidos a canibais, adoradores do diabo e sodomitas, com o objetivo de respaldar a exploração nas colônias americanas, autorizando os colonizadores a privá-los de suas terras e de suas vidas (Federici, 2023).

O ápice do ataque aos deuses locais ocorreu entre 1619 e 1660. As mulheres foram particularmente convertidas em alvo, com investigação segundo o mesmo padrão da caça às bruxas na Europa. As punições envolviam açoitamento público, exílio e outras formas de humilhação (Federici, 2023). O pretexto da bruxaria servia para atacar praticantes da antiga religião e instigadores da revolta anticolonial.

No entanto, nada disso foi feito sem resistência. Segundo Federici (2023), as mulheres andinas foram protagonistas na luta contra o poder colonial, recusando-se a ir à missa e batizar seus filhos e escondendo-se nas punas (montanhas), onde podiam praticar a religião antiga. No México, as sacerdotisas também tiveram papel importante nas revoltas anticoloniais. As antigas crenças puderam ser preservadas, em grande parte graças à resistência das mulheres.

No Brasil, a economia colonial escravista, essencialmente exportadora de produtos primários, agrícolas e minerais, servia aos interesses do florescente capitalismo mercantil europeu (Saffioti, 2013). No final do século XVI, os escravos já constituíam a maioria da população brasileira (Gonzalez, 2020). Gonzalez (2020) apresenta a definição de Freitas (1984, p. 52), que separa os escravizados em duas categorias: os produtivos, que trabalhavam diretamente para a sustentação econômica do regime, e os não produtivos, que eram dirigidos para a prestação de serviços.

As mulheres negras também cumpriram esses dois tipos de funções. As primeiras, designadas “escravas do eito”, trabalhavam de sol a sol, subalimentadas, e muitas vezes, cometiam suicídio para que o filho que traziam no ventre não tivesse o mesmo destino que ela. Foram conhecidas por estimular seus companheiros à fuga ou à revolta. As segundas, designadas “mucamas”, tinham como tarefa manter o bom andamento da casa-grande: “lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas” (Gonzalez, 2020, p. 53). Além disso, tinham que cuidar dos próprios filhos e prestavam assistência aos companheiros chegados das plantações e engenhos, cansados e com fome. Saffioti (2013) aponta também o papel sexual que as escravizadas tinham que cumprir. Não só eram violentadas pelo senhor branco, mas poderiam ser oferecidas a amigos e parentes (Gonzalez, 2020; Saffioti, 2013).

Gonzalez (2020) salienta, porém, as formas de resistência às condições subumanas a que os escravizados e as escravizadas eram submetidos/as, como a formação dos quilombos, entendidos como o “modo de resistência organizada do povo negro contra a superexploração de que era objeto” (p. 51). Em Pernambuco, por exemplo, criou-se a República Negra de Palmares (1595-1695), que Gonzalez apresenta como a primeira tentativa brasileira de uma sociedade democrática e igualitária, sendo formada por negros, índios, brancos e mestiços, que viviam do trabalho livre.

Para Freitas (1984, como citado por González, 2020, p. 52), a revolta armada partia apenas dos escravizados “produtivos”, enquanto os “não produtivos” teriam internalizado os valores do senhor branco. Gonzalez (2020) questiona essa visão e expõe a construção da “mãe preta”, aquela que cuidou dos filhos de seus senhores, contando histórias populares, e do “pai João”, a partir da existência dos escravos “não produtivos”. Segundo ela, essas figuras têm sido exploradas como exemplos de harmonia racial, como quem passivamente aceitou a escravidão.

Gonzalez (2020) denota, entretanto, que existiram variações nos modos de resistência e que as histórias que se contavam tiveram importância fundamental na formação das crenças e valores do povo, passando para as gerações seguintes categorias advindas de culturas africanas. Segundo ela, coube especialmente à mãe preta a africanização do português falado no Brasil e, conseqüentemente a própria africanização da cultura brasileira.

No período que sucedeu à abolição, a mulher negra tornou-se sustento moral e de subsistência dos demais membros da família, sendo obrigada a se dividir entre a casa da patroa e suas obrigações familiares (Gonzalez, 2020).

Enquanto isso, às brancas da classe dominante cabiam as funções de esposa e mãe dos filhos legítimos (Saffioti, 2013). O casamento era sua única possibilidade de carreira. Eram educadas em um ambiente rigorosamente patriarcal, aprendendo a submeter-se sem contestação, primeiro ao pai e, depois, ao marido, que seria escolhido pelo pai. Raramente saíam à rua, deixando a casa apenas para ir para a Igreja.

Quanto ao seu papel na estrutura econômica, Saffioti (2013) menciona que há registros que indicam que algumas desempenhavam papel no comando e supervisão das atividades que se desenvolviam no lar e outros indícios de que uma parcela ponderável dessas mulheres levasse vida ociosa. Não tinham escolarização, nem direito à propriedade.

3.3.4. Industrialização e urbanização

Esta seção dedica-se aos processos de urbanização e industrialização, com o intuito de discutir como estes afetaram a posição social da mulher, com destaque para o cenário nacional..

Com o intenso processo de urbanização e industrialização iniciado no século XVIII e a nova maquinaria, somados à inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher durante os últimos séculos, foi possível o aproveitamento de imensas massas de trabalho feminino no setor industrial, com longa extensão da jornada de trabalho e salários mais baixos que os masculinos (Saffioti, 2013). A mulher estava em uma posição vulnerável para a exploração do seu trabalho.

Porém, segundo Saffioti (2013), se a necessidade de lucro compõe a exploração do trabalho feminino, também é um determinante para a expulsão das mulheres do sistema produtivo. Dessa maneira, o trabalho feminino sofreu grandes flutuações, variando entre períodos de marginalização e períodos como os de guerra, em que o este foi requisitado e mais valorizado. No pós-guerra, porém, ocorre uma redução de facilidades para mulheres casadas e mães, como escolas maternas, partindo da ideia de que “se o número de empregos é menor que o número de pessoas aptas a preenchê-los, aos homens cabe a prioridade” (Saffioti, 2013, p. 80).

Em geral, as mulheres que trabalham são levadas a aceitar posições subalternas ou precariamente remuneradas, muitas vezes com hierarquização abaixo do homem em mesmo nível profissional de trabalho (Saffioti, 2013). O que corre, segundo Saffioti (2013), é uma integração periférica da mão de obra feminina no sistema de produção, em que grande parte da mão de obra feminina fica concentrada no setor da prestação de serviços.

Além disso, não se pode esquecer as funções que a mulher opera na família, de sexualidade, procriação, tarefas domésticas, socialização dos filhos, dentre outras. Entre famílias ricas, no início do capitalismo, o prestígio de um homem podia ser medido pela capacidade ociosa de sua esposa (Saffioti, 2013). Ainda de acordo com essa autora, as famílias proletárias adotaram a ideologia da classe dominante, de que a mulher deve ser dona de casa.

Essas mulheres buscavam, porém, integrar-se na estrutura de classes em ocupações julgadas adequadas ao seu sexo, tipicamente mal remuneradas, com pequeno grau de prestígio, de forma que o salário da mulher é entendido apenas como uma complementação à renda da família (Saffioti, 2013). Continuavam, porém, cuidando da casa, sendo tanto trabalhadoras assalariadas, como trabalhadoras domésticas não remuneradas. O capitalismo atirou a mulher às fábricas, aos escritórios, ao comércio (Saffioti, 2013), mas não aliviou a carga de trabalho reprodutivo, lev as mulheres a tentar conciliá-los.

No Brasil, a urbanização se processa intensamente a partir da segunda metade do século XIX (Saffioti, 2013). De meados do século XIX até 1930 houve um processo de imigração europeia (Gonzalez, 2020; Saffioti, 2013), o que não representou grandes mudanças para a estrutura familiar brasileira, pois os modelos de família que os imigrantes conheciam também eram patriarcais (Saffioti, 2013).

Em 1930, há um grande salto para a industrialização brasileira e, a partir desses processos, a vida feminina ganha novas dimensões (Saffioti, 2013), com o adentramento da mulher nas fábricas, nas lojas e nos escritórios. Além disso, criam-se hábitos de frequentar bailes e cinemas, o que transforma o namoro de algo acertado pelos pais do casal, em uma iniciativa dos próprios filhos. Começa-se a pensar também em alterações na educação feminina, aspecto que sofreu fortes resistências e ainda não se igualava à do homem. O matrimônio continuou constituindo o destino social considerado mais válido para a mulher.

No que diz respeito à família do meio rural, esteve menos afetada pelas mudanças da configuração urbano-industrial (Saffioti, 2013) e a mulher dessa família continuou trabalhando junto ao homem em prol da subsistência da família, sendo encarregada também de todos os serviços domésticos.

No que tange à mulher negra brasileira, Gonzalez (2020) apresenta o Censo de 1950, que demonstrava baixos níveis de educação formal, altas taxas de analfabetismo e concentração

no setor de serviços familiares, estando 90% dessas mulheres trabalhando na área de prestação de serviços, enquanto 10% trabalhavam na agricultura ou então na indústria (sobretudo têxtil, no Sul e Sudeste).

A partir dos anos 1950, iniciou-se um processo de decadência da indústria têxtil, o que significou que a mulher negra praticamente perdeu seu lugar na classe operária (Gonzalez, 2020). Os setores burocráticos de nível mais baixo, como prestação de serviços em bancos ou escritórios, se feminizaram, mas as mulheres negras foram discriminadas e preteridas.

Ainda na década de 1950, Gonzalez (2020) aponta para o crescimento das classes médias, que segundo ela, significou para a população negra apenas a deterioração de suas possibilidades quanto ao mercado de trabalho. Essa falta de oportunidades, somada ao papel social construído para a mulher negra desde o Brasil colônia, faz com que ela se voltasse à prestação de serviços domésticos, em uma reprodução da relação antiga de dependência das famílias brancas de classe média e alta (Gonzalez, 2020).

Nesse sentido, a mulher em geral e a negra em particular, vêm desempenhando papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa, e isso é culturalmente aceito, considerado natural (Gonzalez, 2020).

3.4. Novas configurações do trabalho feminino no âmbito internacional e nacional

Será exposto, aqui, o contexto global que levou à divisão do trabalho nas suas configurações atuais, com enfoque especial para o papel da globalização e da tentativa de destruição dos meios de reprodução da vida em prol de uma economia monetária global, a partir da análise de Federici (2019) sobre as novas relações de trabalho. Além disso, serão apresentadas configurações da divisão sexual do trabalho internacionalmente, a partir de Hirata (2003), Hirata e Kergoat (2007) e, nacionalmente, a partir de Gonzalez (2020).

3.4.1 Globalização, Nova Divisão Internacional do Trabalho e Reprodução

Segundo Federici (2019), a globalização da economia levou a fenômenos como a feminização da pobreza e o surgimento de uma nova ordem colonial, que cria novas divisões entre as mulheres, além de causar uma crise na reprodução social dos países do Sul. Por isso, a seguir, serão explorados elementos da globalização, importantes para pensar as formas mais atuais de divisão sexual do trabalho.

A autora aponta para a Nova Divisão Internacional do Trabalho, processo iniciado em meados dos anos 1970, em que houve reestruturação internacional da produção de *commodities*, com a transferência de unidades industriais para “países em desenvolvimento”. Nesse modelo, nações endividadas devem exportar todos os seus recursos, desde florestas a seres humanos.

As armas de que a globalização lançou mão foram os programas de ajuste estrutural, a liberalização do comércio, as privatizações e os direitos de propriedade intelectual. (Federici, 2019). Os programas de ajuste estrutural foram introduzidos principalmente em países africanos, na década de 1980, pelo Banco Mundial e o FMI. Tinham como pretexto impulsionar a recuperação da economia e ajudar os governos de países “subdesenvolvidos” a pagar dívidas. Na realidade, serviriam para facilitar o avanço do capital multinacional, além do desenvolvimento de um contínuo estado de guerra (Federici, 2019). Esses ajustes têm como principais reformas: a privatização da terra, a liberalização do comércio, a desregulamentação das transações cambiais, a redução do setor público, o corte do financiamento de serviços sociais e “um sistema de controle que efetivamente transfere o planejamento econômico dos governos africanos para o Banco Mundial e para as organizações não governamentais.” (Federici, 2019, p. 165).

Segundo Federici (2019), as economias locais dos países afetados por esses programas colapsaram e as únicas atividades produtivas na maioria dos países africanos tornaram-se a extração mineral e a agricultura orientada à exportação, como ocorria no período colonial. Fala-

se em uma “nova economia mercantil, ou uma ‘economia de pilhagem’.” (Federici, 2020, p. 167). Segundo a autora, por trás da maioria dos conflitos africanos estiveram as condições do Banco Mundial e do FMI, que arruinaram a vida das pessoas e minaram as condições para a solidariedade social.

A guerra, portanto, também é utilizada como arma da globalização, ajudando a tornar certos países dependentes do capital internacional e dos poderes que o representam, como os Estados Unidos, a União Europeia e a ONU (Federici, 2019). Dessa forma, conflitos na África, na Ásia e no Oriente Médio fazem parte de uma agenda global em favor dos países que centralizam o capital. Isso ocorre porque: “A nova fase de expansão capitalista que testemunhamos requer a destruição de qualquer atividade econômica não subordinada à lógica da acumulação capitalista, e esse é necessariamente um processo violento.” (Federici, 2019, p. 163).

A guerra separa produtores dos seus meios de produção, ao forçar as pessoas a saírem de sua terra, o que é condição para a expansão do mercado de trabalho global, além de impulsionar a produção de cultivos comerciais e a agricultura orientada para a exportação. Desse modo, cria-se um novo colonialismo, que aspira ao controle de políticas e recursos, em vez de posses territoriais.

A imigração, criada pela guerra e pela diminuição das condições de vida digna no Sul Global, também é operacionalizada em favor do capital. Segundo Federici (2019), a mercadoria mais importante que esses países exportam hoje é o trabalho, ou seja, o acúmulo de mão de obra. As dificuldades enfrentadas por trabalhadores imigrantes em relação à legalidade é também uma estratégia que ajuda a reduzir o custo do trabalho (Federici, 2019).

Federici (2019) frisa que o intuito da globalização da economia é dar ao capital corporativo o controle completo sobre o trabalho e os recursos naturais, o que implica expropriação de qualquer meio de subsistência dos trabalhadores. Por isso, é realizado um

ataque sistemático às condições materiais de reprodução e às mulheres, principais responsáveis por esse tipo de atividade. Para a autora, o ajuste estrutural, a liberalização do comércio e a guerra – em suma, a globalização – são também uma guerra contra as mulheres, principalmente as mulheres do Sul Global.

São elas que, com sua luta, mais contribuíram para “valorizar” o trabalho dos filhos e da comunidade, desafiando hierarquias sexuais nas quais o capitalismo prospera, e forçando o Estado-nação a expandir o investimento na reprodução da força de trabalho. Elas também têm sido as principais apoiadoras de um uso não capitalista dos recursos naturais (terras, águas, florestas) e da agricultura orientada para a subsistência, e, portanto, ficaram no caminho tanto da completa comercialização da “natureza” quanto da destruição dos últimos comuns remanescentes. (Federici, 2019, p. 184)

Os programas de ajuste estrutural, partindo dos objetivos de organizar a agricultura para o comércio e exportação, tornaram impossível para as mulheres, que são as principais agricultoras de subsistência do mundo, reproduzir suas famílias e a si mesmas (Federici, 2019). Nas condições do mundo globalizado, as posições que restam a muitas mulheres dos países do Sul é agarrar os filhos entre escombros, tentar recriar a vida em campos de refugiados, ou o trabalho em *sweatshops* – parte das linhas de montagem globais –, bordéis, ou como trabalhadoras domésticas em países estrangeiros.

Nos anos 1990, houve um salto na migração feminina dos países do Sul para os do Norte. Essas mulheres imigrantes majoritariamente passaram a trabalhar no setor de serviços, no cuidado de crianças e idosos e no trabalho doméstico. O trabalho reprodutivo é dissolvido, dessa maneira, no setor de serviços. Nesse período, Europa, EUA e Canadá “liberam” milhares de mulheres para o mercado de trabalho, aumentando consideravelmente a participação das mulheres no trabalho assalariado (Federici, 2019).

Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007) apontam um “externalização” do trabalho doméstico, indicando a existência de relações sociais inéditas entre mulheres, em que mulheres do Norte são empregadoras de mulheres dos países do Sul. Segundo elas, essa externalização do trabalho doméstico tem função de apaziguamento das tensões quanto a papéis de gênero nos

casais burgueses dos países do Norte, o que também ocorre nos países urbanos do Sul, mas a partir de movimentos migratórios internos. Dessa forma, há um duplo movimento de mascaramento, com a atenuação das tensões nos casais burgueses e acentuação das clivagens entre mulheres: mais mulheres podem alcançar profissões de nível superior, mas isso só é possível porque também há mais mulheres em situação precária.

3.4.2. Trabalho assalariado feminino e inovações tecnológicas

Com a entrada de mais mulheres no mercado, é importante entender que tipo de trabalho realizam e o que isso significa em termos da divisão sexual de trabalho. A seguir serão apresentadas informações sobre o trabalho assalariado feminino, em termos de qualificação, bem como a partir de mudanças trazidas pelas novas tecnologias.

Hirata (2002) destaca que as fronteiras do masculino e feminino se deslocam, mas a hierarquia se mantém. Entende, então, que as bases em que se sustenta a divisão sexual do trabalho não parecem ameaçadas, porque a atribuição das responsabilidades domésticas e familiares continua a recair majoritariamente sobre as mulheres, mesmo que em configurações diferentes das percebidas em períodos anteriores.

Segundo pesquisas comparativas internacionais entre Brasil-França-Japão (Hirata, 2003), demonstra-se importância da divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico, familiar e profissional para a eficácia dos modelos econômico industriais. Dessa maneira, de acordo com Hirata (2003), além de o trabalho reprodutivo não assalariado estar na base da cadeia de produção, há também divisão sexual do trabalho dentro do trabalho assalariado.

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho assalariado necessita da divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, o que influencia no lugar atribuído às operárias no processo de trabalho (Kergoat, 1982, como citada em Hirata, 2003, p. 202). Isso significa que os empregos não-

qualificados, criados pela automação, são em geral feminilizados, fazendo da não qualificação uma característica tipicamente feminina.

A introdução de novas tecnologias, como a microeletrônica, não diminuiu a hierarquia de gênero no trabalho, porque as mulheres foram tendencialmente orientadas a ocupações, postos e funções mais simples, quaisquer que sejam o setor econômico ou grau de modernização tecnológico (Hirata, 2002).

Hirata (2002) explica que as inovações tecnológicas têm consequências diferentes sobre homens e mulheres, sobre países industrializados e semi-industrializados, bem como sobre as diferentes categorias de mão de obra, a depender da posição que ocupam e nível de qualificação. As mudanças tecnológicas na Europa provocaram ações de formação e de requalificação. O mesmo não foi observado, no mesmo nível, nos países latino-americanos, onde a introdução das tecnologias baseadas na informática foi mais limitada, mesmo onde esse processo é mais avançado, como no Brasil (Hirata, 2002).

No que diz respeito às mulheres, foram consideradas tecnicamente incompetentes para os novos postos qualificados devido à introdução da tecnologia microeletrônica, principalmente nos ramos que já eram tradicionalmente masculinos (Hirata, 2002). As mulheres permanecem praticamente ausentes dos postos técnicos e longe dos equipamentos caros e competitivos, o que reforça a hierarquia de gênero no trabalho e a marginalidade das mulheres no emprego.

Além disso, inovações tecnológicas, tanto em países altamente industrializados quanto em semi-industrializados, tendem a suprimir a mão de obra pouco ou não-qualificada, no geral, substituindo-a por procedimentos automatizados (Hirata, 2002). Isso é especialmente perigoso para as mulheres que, como visto, tendem a constituir mão de obra não qualificada. Dessa forma, Hirata (2002) destaca a eliminação do emprego de mulheres em diversas indústrias:

[...] na indústria alimentícia, o processo de modernização leva à eliminação do emprego de mulheres em várias atividades (M. H. Trilinsky, 1990); nas indústrias de transformação da carne, a introdução dos controladores programáveis (CLP) substituiu 24 operárias qualificadas e semiquilificadas por um operador homem; na limpeza de

camarões, uma máquina substitui de uma vez 50 operárias, máquina colocada em ação e controlada por um operário; também numa linha de etiquetagem de vinagre 30 mulheres que etiquetavam manualmente foram substituídas por uma máquina, manobrada igualmente por um operário. (pp. 230-231).

3.4.3. Divisão sexual e racial do trabalho feminino no Brasil

Agora, será discutido o trabalho feminino no Brasil, principalmente no que diz respeito às relações étnico-raciais que o compõem.

Como visto anteriormente, a industrialização do país levou à feminização dos setores burocráticos de nível mais baixo (prestação de serviços em escritórios, bancos, entre outros), porém a mulher negra foi preterida desse mercado. Dessa forma, Gonzalez (2020) fala na existência de uma divisão sexual e racial do trabalho, em que a mulher negra sofre um processo de triplíce dominação “enquanto raça, classe e sexo” (p. 56). A mulher negra trabalha mais e ganha menos que a branca.

Gonzalez (2020) apresenta dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 1976). Segundo essa pesquisa havia maior concentração da força de trabalho feminina em setores de prestação de serviços, social e de comércio de mercadorias (empregadas domésticas, professoras, enfermeiras, balconistas), em que a maioria das mulheres negras (69%) trabalhava na agricultura e na prestação de serviços, enquanto atividades sociais e o comércio absorvem principalmente as mulheres brancas (30% para 16% de negras).

No setor de serviços, encontramos o “lugar natural” da mulher negra que trabalha nas cidades: o emprego doméstico. Já os efeitos máximos do sexismo são encontrados nas atividades agropecuárias, onde as mulheres ganham, em média, 14% do que ganham os homens. Quase sempre elas trabalham na agricultura ajudando o marido, sem receber qualquer remuneração. (Gonzalez, 2020, p. 194)

Entre profissionais de nível médio, a presença das mulheres foi marcante, contudo, majoritariamente branca. Nas ocupações de nível médio as mulheres recebiam 46% a menos do que os homens, enquanto as mulheres negras 14% a menos do que as brancas. Já nas ocupações de nível superior (empresários, administradores, profissionais de nível superior), os homens se

apresentaram em maior número do que as mulheres, mas essa desigualdade é menor do que a entre as próprias mulheres brancas e negras (Gonzalez, 2020). Nessas ocupações, as mulheres recebiam, em média, 35% a menos que os homens, e as mulheres negras 48% a menos do que as brancas. Além disso, 60% das mulheres negras participantes da pesquisa não tinham carteira assinada.

Segundo o Relatório Trimestral da PNADc (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) referente ao primeiro trimestre de 2024 (Made USP, 2024), a taxa de desemprego das mulheres negras foi a mais alta (11,69%) se comparada à dos homens brancos (5,19%), aos homens negros (7,41%) e às mulheres brancas (7,54%). A categoria de Homem Branco foi a que teve a maior taxa de emprego, enquanto a de Mulher Negra teve a menor. A taxa de subocupação também foi maior para trabalhadoras negras (7,72%), comparada a 3,08% para os trabalhadores brancos, 5,15% para os trabalhadores negros e 4,7% para as trabalhadoras brancas. Das mulheres brancas empregadas, a maioria (23,93%) ocupavam o setor de educação, seguido do comércio (18,53%), informação (14,89%), indústria (10,39%) e serviços domésticos (8,81%). Das mulheres negras, a maioria (20,27%) estava no setor de educação, seguido de comércio (18,5%), serviços domésticos (15,94%), informação (10,33%) e de indústria (9,61%).

Ainda segundo a PNADc (2024), dentre as mulheres negras, 18,33% possuíam ensino superior, 52,49%, ensino médio e, 22,94%, apenas ensino fundamental, enquanto para as mulheres brancas, 30,86% tinham ensino superior completo, 40,59%, ensino médio e 15,35%, ensino fundamental. Para mulheres brancas, registraram-se rendimentos efetivos de R\$ 3667,76/mês e para mulheres negras o rendimento efetivo foi de R\$ 2230,06/mês.

Segundo Gonzalez (2020), a modernização durante as últimas duas décadas do século XX, fez com que a força de trabalho feminina aumentasse muito no mercado de trabalho, conquistando alguns novos espaços profissionais, mas a força de trabalho negra continuou confinada nos empregos de menor qualificação e pior remuneração.

Gonzalez (2020) explica que toda atividade que signifique lidar com público “seleto”, ou seja, racista, exclui as trabalhadoras negras, como posições de escritório. São utilizadas justificativas racistas mascaradas, como “boa aparência”, para a não contratação da mulher negra. Porém, para posições como cozinheira, arrumadeira ou faxineira, são comumente contratadas, além de serem admitidas como empregadas domésticas em famílias brancas de classe média e alta. Dessa forma, são relegadas a posições em que fiquem ocultadas, invisíveis.

A empregada doméstica “possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada” (Gonzalez, 2020, p. 43). Dessa forma, a autora explicita a necessidade de se pensar a exploração da mulher negra pela mulher branca na construção da divisão sexual do trabalho brasileira, que é também claramente uma divisão racial.

3.5. Produção de subjetividades e feminismo

Será aqui discutido a produção de subjetividades decorrente da naturalização do trabalho reprodutivo enquanto atributo feminino . Além disso será explorado de que forma se pode pensar o feminismo daqui para frente, levando em conta os resultados apresentados quanto ao trabalho reprodutivo sua configuração histórica e atual.

Hirata e Kergoat (2007) apontam para a existência de uma “ideologia naturalista”, que rebaixa o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuais que remetem ao destino natural da espécie, a fim de legitimar a divisão e hierarquização sexual do trabalho. Gonzalez (2020) denota como tanto o sexismo como racismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação. Saffioti (2013) expõe o papel da tradição para a manutenção desse processo, sendo utilizada para mistificar o feminino, a partir de imagens estereotipadas do que seria uma mulher e mitos justificadores da supremacia masculina. A autora diz que a essa “mística feminina” serve na verdade aos interesses da ordem imperante nas sociedades de classes.

Para Federici (2019), é a classe dominante que pressupõe uma personalidade humana natural e eterna, de modo a perpetuar seu poder sobre nós. Segundo ela, uma vez que o trabalho doméstico é totalmente naturalizado e sexualizado, se tornando atributo feminino, todas nós, como mulheres, passamos a ser caracterizadas por ele. Dessa forma, a produção de subjetivações também é afetada por essa criação de uma personalidade tida como tipicamente feminina.

Nesse sentido, Saffioti (2013) explica que as próprias mulheres têm uma imagem de si “cujo componente básico é um destino social profundamente determinado pelo sexo” (p. 95), que causa um medo inconsciente do fracasso e reduz suas aspirações. De acordo com Federici (2023), foram produzidas marcas inapagáveis na psique coletiva e no senso de possibilidades das mulheres, desde a época de sua demonização durante a caça às bruxas. Hirata (2002) expõe a autodesvalorização das mulheres no aspecto do trabalho (produtivo ou reprodutivo). Aponta ainda como as mulheres buscam valorização tentando diferenciar-se de outras mulheres, negando-se enquanto grupo, como se assim confirmassem sua identidade individual: “não sou como as outras” (Hirata, 2013, p. 261). A autora entende que, nesse processo, a mulher nega a si mesma enquanto sujeito.

Hirata (2002) compreende que a opressão e violência suportadas pelas mulheres tanto no âmbito produtivo quanto no reprodutivo são interiorizadas, pois não têm saída institucional. Já que a sociedade as envia sem cessar de volta para o individual e para o biológico, as mulheres têm dificuldade em identificar dores comuns, o que implica falta de atitudes que resultem em práticas coletivas.

Gonzalez (2020) elucida que mulheres, assim como pessoas não brancas, e principalmente as mulheres “ameríndias e amefricanas” (p. 140) na América Latina são convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que as infantiliza, negando o direito de serem sujeitos do próprio discurso e sua própria história. Desse

modo, o sistema patriarcal-racista impõe uma percepção de inferioridade hierárquica sustentado por condições biológicas.

Tendo isso em vista, Gonzalez (2020) critica um feminismo que abstraia o caráter multirracial e pluricultural das sociedades. Ressalta a necessidade de lidar com a divisão sexual do trabalho articulando-a com a questão racial, o que muitas vezes não foi feito no feminismo latino-americano. Essa falta é caracterizada por um racismo por omissão, que parte de uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista. Segundo Gonzalez (2020) omitir o fator racial dos discursos feministas é “cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco.” (Gonzalez, 2020, p. 142)

Saffioti critica também a existência de um feminismo que deseje lutar por uma transformação apenas parcial da sociedade capitalista, conservando seus fundamentos. Para a autora, esse tipo de feminismo permite ao capitalismo assumir uma aparência que dissimule melhor suas contradições internas. Como exemplo, tem-se o foco no emprego remunerado da força de trabalho feminino, que permite tornar menos perceptível a tensão entre as classes antagônicas dos países centralmente localizados no sistema capitalista internacional, enquanto torna mais aguda a contradição entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento (Saffioti, 2013).

É importante levarmos em conta as diferenças que a delegação das tarefas domésticas também passou a causar entre as mulheres em um cenário global. Nesse sentido, vimos que a globalização da economia se manifesta por uma nova divisão internacional do trabalho que se aproveita da mão de obra feminina das regiões da África, da Ásia e da América Latina, para assegurar a reprodução da força de trabalho nas metrópoles, além da delegação das tarefas domésticas às mulheres negras por parte das brancas.

Nesse sentido, a autonomia feminina não se resume apenas à independência em relação aos homens, mas também ao Estado e ao capital global (Federici, 2019). Assim, é necessária a

não adoção de uma atitude reformista com relação a casa, à família e ao trabalho doméstico. Além disso, Federici (2019) ressalta a importância de um novo entendimento de quem são os protagonistas da luta de classes, para além de se restringir apenas ao proletariado industrial masculino (Federici, 2019). Nessa luta, devem estar presentes também escravizadas/os, colonizadas/os, as trabalhadoras domésticas e a massa de trabalhadoras/es não remuneradas/os, incluindo as mulheres donas de casa, para trazer a luta da cozinha e do quarto para as ruas.

Por fim, Saffioti (2013) denota que a emancipação feminina não está apenas na dimensão econômica, apesar de essa ser de extrema importância, já que a ordem capitalista usa da desigualdade de gênero para acumulação de capital. Denuncia que, levando em consideração os efeitos subjetivos que mistificam o feminino, será necessária também uma mudança de atitude de homens e mulheres, para “eliminação de uma mentalidade habituada a promover a inferiorização de fato da mulher” (p. 129). Essa tarefa, segundo a autora, será trabalho árduo de várias gerações.

4. Conclusão

O objetivo geral proposto para esse estudo foi mapear elementos do processo histórico de naturalização do trabalho reprodutivo como atributo feminino, analisando o processo de consolidação da divisão sexual do trabalho no sistema capitalista, a partir da literatura científica disponível. A partir dos resultados apresentados, é possível concluir que esse fenômeno é um processo historicamente construído e situado, que opera a favor da estrutura capitalista, a partir da acumulação de mais valor sobre uma atividade não remunerada e essencial para a reprodução do sistema, tipicamente realizada pelas mulheres. Elementos importantes desse processo foram constatados na literatura selecionada, desde a Idade Média, passando pela Caça às Bruxas – importante fator na acumulação primitiva de capital (Federici, 2023) –, pela colonização da América, até a consolidação do capitalismo.

Percebe-se também que a divisão sexual do trabalho vai se configurando de formas distintas, em cada momento histórico e se mantém na atualidade, em que, embora se note a presença constante de mulheres no mercado de trabalho, continua existindo. As mulheres trabalhadoras continuam sendo em maior parte responsáveis pelo trabalho reprodutivo, ou o delegam a outras mulheres.

Retomando o objetivo específico, buscou-se analisar como elementos étnico-raciais, geográficos e de classe são conectados ao elemento gênero, nas discussões sobre a divisão sexual do trabalho. Os resultados apresentados apontam para uma divisão internacional do trabalho, em que famílias do Norte Global com maior poder aquisitivo delegam o trabalho reprodutivo para mulheres vindas do Sul. Nacionalmente, constata-se que a melhoria da situação das mulheres brancas no Brasil se dá às custas das mulheres negras, que são preteridas no mercado de trabalho formal e para melhores postos, sendo ainda relegadas ao trabalho reprodutivo para famílias brancas de classe média ou alta.

Por outro lado, faz-se necessário reconhecer as limitações do estudo, como a seleção limitada das obras analisadas, e o fato de os resultados apresentarem apenas uma análise binária, entre homens e mulheres, das relações de gênero. Para estudos futuros que venham a ser produzidos a partir dessa temática, seria importante aumentar o corpus da pesquisa e investigar as relações de gênero e divisão do trabalho levando em consideração também pessoas que não se encaixem nessa visão de mundo que se pauta no sexo biológico.

5. Referências

- Delphy, C. (2015). O inimigo principal: a economia política do patriarcado. (P. C. R. Reuillard, Trad.) *Revista Brasileira de Ciência Política*, (17), 99-119. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151704>. (Obra original publicada em 1970).
- Engels, F. (2019). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. (N. Schneider., Trad.). Boitempo. (Obra original publicada em 1884).
- Fares, L. S., Oliveira, A. L. M., & Rolim, L. N. (2022). Gênero, trabalho remoto e trabalho reprodutivo não remunerado no Brasil durante a pandemia de Covid-19. *Impactos da Pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- Federici, S. (2023). *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. (2ª ed., Coletivo Sycorax, Trad.). Elefante. (Obra original publicada em 2004).
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. (Coletivo Sycorax, Trad.). Elefante. (Obra original publicada em 2012).
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. (F. Rios., & M. Lima., Eds.) Zahar.
- Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Boitempo.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos De Pesquisa*, 37(132), 595–609. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
- IBGE. (2020, abril, 04). *Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas*. Estatísticas sociais. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>

- Lauro, M. M. (2016). Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos. *Psicologia em Pesquisa*, 10(1), 103-104.
<https://dx.doi.org/10.24879/201600100010052>
- MADE (2024). Relatório trimestral PNAD - primeiro trimestre de 2024.
https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2024/05/completo_01_2024.pdf
- Marx, K. (2023). *O Capital: crítica da economia política: Vol. I. O processo de produção do capital*. (R. Enderle. Trad.) Boitempo. (Obra original publicada em 1867).
- Melo, J. S. V. B. de ., Rodrigues, J. C., Lara, M. F. A. ., & Aragusuku, H. A. (2023). Relações de gênero e trabalho das mulheres na Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho: um balanço de suas duas primeiras décadas (1998-2018). *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, 26, e-181917, 1-16. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.cpst.2023.181917>
- Pinheiro, L., Medeiros, M., Costa, J., & Barbosa, A. H. (2023). Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)*. [http:// dx.doi.org/10.38116/td2920-port](http://dx.doi.org/10.38116/td2920-port).
- Saffioti, H. (2013). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Expressão Popular. (Obra original publicada em 1969).